

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.565.245 - SP (2019/0245737-3)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : CANAMOR AGRO - INDUSTRIAL E MERCANTIL S/A
ADVOGADO : LUCIANO TADEU TELLES - SP162637
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : OLAVO AUGUSTO VIANNA ALVES FERREIRA E OUTRO(S) - SP151976

DECISÃO

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo cuja ementa é a seguinte:

RECURSO DE APELAÇÃO EXECUÇÃO FISCAL - EMBARGOS DO DEVEDOR DIREITO TRIBUTÁRIO REDIRECIONAMENTO DA COBRANÇA E INCLUSÃO DE PESSOA JURÍDICA NO POLO PASSIVO DA LIDE VÍCIO DE SIMULAÇÃO - PRETENSÃO À EXCLUSÃO IMPOSSIBILIDADE PRETENSÃO AO RECONHECIMENTO DA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE IMPOSSIBILIDADE.

1. Inocorrência da prescrição intercorrente.
2. Ocorrência do vício de simulação, reconhecido, mediante a constituição da parte embargante, com o objetivo de preservar o patrimônio das empresas que detém o controle da pessoa jurídica executada.
3. Possibilidade de redirecionamento da cobrança e inclusão no polo passivo da execução fiscal, reconhecida.
4. Aplicação do artigo 135 do CTN.
5. Precedentes da jurisprudência deste E. Tribunal de Justiça e, inclusive, desta C. 5ª Câmara de Direito Público.
6. Embargos do devedor à execução fiscal, rejeitados.
7. Sentença, ratificada.
8. Recurso de apelação, apresentado pela parte embargante, desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, interposto com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa aos arts. 11, 489, 1.022, II, do CPC/2015, arguindo ausência de manifestação do órgão julgador acerca das questões suscitadas; bem como divergência jurisprudencial.

No mérito, alega violação aos arts. 124, 129, 131, 132, 133, 156, 174, do CTN; 6º da LINDB; 147, II, 178, § 9º, V, *b*, do CC/16; 50, do CC/2002; 139, I, 371, 792, IV, do CPC/15.

Sustenta, em síntese, que "está sendo responsabilizada por dívida que não contraiu, relativa a negócio de que não participou ou se beneficiou, nem mesmo de forma indireta, realizada por empresa de quem não adquiriu o fundo de comércio e jamais

Superior Tribunal de Justiça

exerceu o mesmo ramo de atividade"; bem como não foram reconhecidas a prescrição e a decadência.

Em suas contrarrazões, a recorrida pugna pelo não conhecimento do recurso ou, alternativamente, pelo seu não provimento.

O recurso foi inadmitido pela decisão de fls. 4713/4714, cujos fundamentos foram impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade recursal, dou provimento ao agravo, para que seja reautuado como recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

